

MERCADANTE (Paulo). — *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1972. 236 págs. (Coleção “Retratos do Brasil” volume nº 84).

Esgotado há muito, bem andou a Civilização Brasileira em reeditar este valioso ensaio, dos melhores publicados nestes últimos anos sobre a história política e social do Brasil. A preocupação principal do autor é mostrar que a conciliação tem sido o traço constante e básico do comportamento político dos conservadores no Brasil. Ao recompor o nosso passado, o autor, com argúcia e agudeza, fixa os pontos fundamentais de nossa evolução cultural. A crítica já se manifestou sobre o livro, por ocasião de seu aparecimento em 1965 pela Editora Saga, do Rio de Janeiro. Cabe-nos, agora, portanto, apenas registrar o interesse de seu reaparecimento.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

*

FERNANDES (Florestan). — *O Negro no Mundo dos Brancos*. Difusão Européia do Livro, São Paulo. 1972. 286 págs.

No conjunto das pesquisas sociológicas sobre a realidade social brasileira, ressalta desde logo a importância dos estudos sobre as relações entre negros e brancos. Tanto qualitativa quanto quantitativamente, os trabalhos publicados sobre essa problemática representam uma das contribuições científicas mais importantes para o conhecimento da maneira pela qual funciona e muda a sociedade brasileira.

Na produção dos sociólogos brasileiros e estrangeiros dedicados à análise das relações entre negros e brancos, destaca-se a obra de Florestan Fernandes. Provavelmente ele é o sociólogo brasileiro que mais tem trabalhado sobre esse tema. As suas contribuições focalizam vários dos principais aspectos dessa problemática. Os seus livros e artigos publicados sobre a questão racial no Brasil examinam diversos aspectos importantes do assunto, desde as condições de existência social do escravo até as elaborações mais sutis e cruéis do mito da democracia racial.

“O Negro no Mundo dos Brancos” é mais uma contribuição fundamental de Florestan Fernandes à sociologia das relações raciais no Brasil. Sob vários aspectos, aí temos uma síntese das interpretações e hipóteses que o autor tem formulado e desenvolvido na parte da sua obra relativa ao negro brasileiro.

O livro reúne escritos publicados ao longo da carreira científica do autor. Está dividido em quatro partes: na primeira, encontram-se os trabalhos relativos às “barreiras da cor” na sociedade brasileira; na segunda parte estão aqueles relativos ao “impasse racial no Brasil moderno”; a terceira contém escritos sobre a “busca da democracia racial” brasileira; e na quarta estão os trabalhos sobre “religião e folclore”. Por fim, e significativamente à guisa de conclusão, está um ensaio sobre “aspectos políticos do dilema racial brasileiro”. No conjunto, os trabalhos reunidos no livro abordam aspectos sociológicos, psicológicos e antropológicos das relações entre o negro, o mulato e o branco no Brasil. Em outros termos, nesses escritos o autor examina as condições socio-econômicas e políticas de existência do negro e mulato brasileiros, em suas relações com o branco e entre si mesmos.

Dentre os vários temas focalizados, destaca-se a análise dos movimentos sociais do negro e mulato. Tomando a história social do Brasil, desde a abolição da escravatura, o autor aborda o esforço persistente e difícil do negro e mulato no sentido de conseguir a redefinição social do ex-escravo, como trabalhador livre e como cidadão. Eles lutam para que a “igualdade perante a lei” seja efetiva e não apenas retórica, tanto na fábrica como na escola, tanto nos clubes e associações como nas relações de família. O negro e o mulato lutaram e continuam a lutar contra toda sorte de manifestações de desigualdade racial, isto é, de preconceito e discriminação. “Há quem pense que o negro luta por privilégios, através desses movimentos. Mas isso não é verdade: ele luta contra privilégios” (p. 38).

Em especial, o livro reúne contribuições importantes para uma sociologia da ideologia racial do branco brasileiro, em sua organização interna e quanto aos seus efeitos no pensamento e na atividade do negro e mulato. E no nível da ideologia racial do branco, em particular no âmbito do mito da democracia racial, que podemos encontrar as expressões mais elaboradas e sutis da “neutralização do *meio negro*, como coletividade ou categoria racial, para qualquer processo dotado de real eficácia política” (p. 277). A verdade é que “as tendências ideológicas e utópicas que valorizam, no meio branco, a integração racial” têm funcionado como um dos fatores básicos de delimitação das condições nas quais os negros e mulatos formulam e põem em prática sua competição com o branco (p. 39). Sob esse aspecto, o mito da democracia racial adquire o caráter de uma técnica social, por intermédio da qual o branco, segundo as exigências da sua classe social, procura estabelecer as condições e o alcance da atividade e da mobilidade social do negro e do mulato, como pessoas e como grupos sociais.

Em suma, para compreender como funciona e muda a sociedade brasileira, é indispensável conhecer como se mesclam ideológica e praticamente as relações de raças e as relações de classes. Nesse nível está um dos pontos centrais das estruturas de dominação mais persistentes na sociedade brasileira.

OCTAVIO IANNI